



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE DROGAS: COM A PALAVRA OS ADOLESCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITABUNA

Renata Tereza Brandão Meireles*
(UESB)

Luci Mara Bertoni**
(UESB)

RESUMO

O presente artigo visa apresentar as representações sociais sobre as drogas entre os adolescentes em Itabuna, cidade que tem projeção no cenário nacional como um dos locais mais perigosos para este grupo geracional. A política nacional sobre drogas visa à repressão e à criminalização de substâncias ilícitas, e muito pouco à prevenção das drogas lícitas, que, por sua vez, são as mais consumidas por adolescentes e crianças. Nesse sentido, discutir as representações sociais dos adolescentes sobre o uso e abuso de drogas pode apontar possíveis caminhos para políticas públicas mais efetivas e que considerem as especificidades locais. Para tanto, realizou-se entrevistas com um grupo de 22 adolescentes, alunos da rede municipal de ensino, com idade de 12 anos. Utilizou-se como coleta de dados o instrumento de questionário individual com questões objetivas e subjetivas para análise de associação de ideias à luz da teoria das representações sociais. Na análise dos dados, valeu-se dos conceitos e postulados de Moscovici (2003), Jovchelovitch (2003) e Spink (2003), a respeito das representações sociais. Fundamentam, ainda, as afirmações apresentadas ao longo do trabalho os postulados de Salles (2013), Lapate (2001) e Silva (2010), sobre o uso de drogas. Conclui-se que se faz necessário pensar um modelo de prevenção que leve em consideração as especificidades destes adolescentes como sujeitos de direitos, no sentido de que eles possam ultrapassar o horizonte do que o senso comum prevê para suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Representações Sociais. Drogas. Adolescentes.

*Discente do curso de mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em relações étnico-raciais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Graduada em Pedagogia pela UESC. *E-mail:* renatbmeireles@hotmail.com

**Professora Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e Professora Colaboradora no Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – no *campus* de Vitória da Conquista. Pedagoga, com Doutorado em Educação Escolar (UNESP). Pós-doutorado na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade de Santiago de Compostela (USC/Espanha). Coordenadora do GePAD (Grupo de estudos e pesquisas sobre Gênero, Políticas, Álcool e Drogas). *E-mail:* profaluci.mara@hotmail.com



INTRODUÇÃO

De diferentes maneiras as substâncias psicoativas sempre fizeram parte da vida dos povos e o seu consumo, por vezes, integrava o cotidiano das sociedades. Na atualidade, a reflexão sobre a temática das drogas, seus usos e comércio está diretamente associada ao debate sobre a sua proibição e criminalização, como se por todo o tempo e em todos os lugares as drogas fossem reprimidas, e como se todas as drogas fossem ilícitas.

Por muito tempo as plantas de onde são extraídas as drogas compuseram o patrimônio cultural de diversas populações minoritárias, socialmente marginalizadas e culturalmente discriminadas pelos grupos dominantes, que consideravam sua utilização (terapêutica, em rituais ou festas) arcaica e até mesmo demoníaca. (LABROUSSE, 2006, p. 23-24).

Labrousse (2006) chama a atenção para a estigmatização do consumo de drogas e como está associada ao preconceito sobre a população que a consome. Nesse sentido, é necessário destacar que nem toda droga é maléfica, pois os medicamentos são necessários no processo de cura ou manutenção da vida, e a pesquisa de novas drogas contribui diretamente para o combate a doenças que atingem indiscriminadamente a população mundial. Tomando por conceito a definição dada por Lapate (2001, p. 27), de que “droga é uma designação genérica de toda substância usada capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em modificações psicológicas ou de comportamento”, é necessário problematizar as representações sociais que circulam sobre este termo, em especial aquelas apresentadas por adolescentes residentes em Itabuna⁷, cidade que tem tido projeção nacional em decorrência das altas taxas de homicídios entre adolescentes, as quais, via de regra, têm sido atribuídas pelo Estado, ao tráfico de drogas.

⁷O município de Itabuna localiza-se no sul da Bahia, possuindo a quinta população do estado com 218.925 habitantes, de acordo com o IBGE.



Visto que não há consenso entre os pesquisadores sobre a relação de causalidade entre o comércio ilegal de drogas e a violência social, esta investigação que toma por baliza o conceito de representações sociais pode contribuir para elucidar questões ainda pouco discutidas, mas que são úteis na elaboração de políticas públicas de combate e de prevenção às drogas. Quando se reflete sobre o uso de drogas, deve-se pensar no adolescente, uma vez que ele é o alvo direto de quem comercializa as drogas lícitas e também as ilícitas. Entretanto, o conceito de adolescência é ainda recente e não é unânime em todas as classes sociais, principalmente no quesito uso de drogas.

De acordo com o levantamento realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), as bebidas alcoólicas e o tabaco (cigarro) têm sido as substâncias mais consumidas pelos adolescentes. Mas é também o próprio CEBRID (2010) que reconhece que “a ausência de informações sobre os adolescentes da rede privada traz obstáculos às ações preventivas para esse segmento social”. Desse modo, ainda que o consumo de drogas alcance esses sujeitos, tais dados não aparecem nas pesquisas. Assim, por um lado, a sociedade rotula como curioso ou justificável o comportamento do adolescente que pertencente às classes sociais favorecidas economicamente, que está matriculado em unidades de ensino privadas e que tem contato com drogas. Em oposição, há o dito “menor”, o adolescente residente nas periferias pobres e matriculado nas escolas públicas, cujo contato com as drogas é atribuído ao “meio” onde vive, havendo, dessa maneira, um processo de culpabilização das famílias.

Nessa perspectiva, o adolescente morador dos bairros periféricos é que é abordado pela polícia e que aparece nos noticiários. São esses sujeitos que estão representados nos números das pesquisas. Ser esse adolescente na cidade de Itabuna é correr riscos diuturnamente.

Em 2008, a cidade de Itabuna foi citada no Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros em 47º lugar pelo número de homicídios. Na publicação de 2012, este índice teve um crescimento vertiginoso para 4º lugar no cenário



nacional, e em 2014, o município passou a ocupar o 1º lugar em cidades onde mais morrem adolescentes de maneira violenta. Esses números compõem o contexto da vida destes adolescentes. Em outras palavras: o contexto de produção a que podem ser remetidas suas representações sociais sobre drogas, coadunando-se com as afirmações de Jovchelovitch (2013) acerca das representações serem socialmente produzidas. O consumo e o tráfico de drogas são, desse modo, naturalizados e associados à ampliação da violência letal.

Como o comércio de substâncias ilícitas é ilegal, conflitos decorrentes da atividade não podem ser resolvidos ou regulados pelo Estado de Direito. Assim, uma atividade que tem sido arbitrariamente declarada ilegal, neste caso, criminal, levou a uma explosão de criminalidade, dado que a violência tornou-se o único meio de resolver os conflitos decorrentes do comércio das substâncias ilegais. Se um comerciante ilegal não receber o pagamento, sua arma será a agência de cobrança. A violência é a única maneira de resolver disputas. Territórios são protegidos por arma de fogo, não por contratos e advogados. Acordos são aplicados por armas, e não por juízes. A violência é o Estado de Direito. (SALLES, 2013, p. 37).

Lapate (2001), Silva (2011) e Salles (2013) relatam como as políticas públicas de controle e criminalização das drogas têm pouco efeito no Brasil. Estatísticas específicas e detalhadas sobre uso e consumo de drogas lícitas e ilícitas em Itabuna são ainda mais limitadas. De acordo com as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, em 2011, foram apresentados 89 usuários de drogas à delegacia; em 2012, 93 indivíduos aparecem com uso/porte de substância entorpecente (usuários); em 2013, foram 98, e em 2014, até o mês de setembro, também 98 casos (SSPBA, 2015). Esses números pouco contribuem para fomentar a elaboração de propostas de prevenção, principalmente por não diferenciar a quantidade de droga que caracteriza um usuário da que caracteriza um traficante. Esta distinção é de suma importância pelo aspecto legal, uma vez que a autoridade policial, seja ela civil ou militar, é quem inicialmente faz esse julgamento. Esse registro é salutar também para o direcionamento de políticas



públicas na área de saúde, em casos de tratamento para usuários, ou na área de segurança pública para o combate ao tráfico.

Nesse sentido, optamos por ouvir adolescentes de uma escola da cidade de Itabuna a fim de apreender em suas falas as representações que têm sobre as drogas, inclusive, a relação destas com a violência vivenciada no cotidiano desses sujeitos.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ADOLESCENTES SOBRE AS DROGAS

O conceito de representação social ou coletiva nasceu na Sociologia e na Antropologia, a partir dos estudos de Durkheim e de Lévi-Bruhl. Porém, não se restringe unicamente a este campo do conhecimento científico. No âmbito da Psicologia Social, Moscovici (2003, p. 10) destaca que as Representações Sociais continuam em busca do reconhecimento como ciência no espaço acadêmico, havendo, assim resistências a sua aceitação. Os contrários alegam “[...] que ela não oferece definições claras, não estabelece relações simples entre suas proposições, ou ainda que ela não enuncia hipóteses que possam ser submetidas a verificação”.

É importante ressaltar o papel que as representações sociais conferem à racionalidade da crença coletiva e a sua significação, portanto, às ideologias, aos saberes populares e ao senso comum. Moscovici (2003, p. 9) aponta que os “fenômenos sociais nos permitem identificar e analisar de maneira concreta as representações dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum”. Nesse contexto social é latente a reflexão sobre o consumo das drogas, a qual é contemplada pelos estudos acadêmicos, que busca compreender e oportunizar maneiras de relacionar-se com essa prática cotidiana.

A escola onde foi realizada esta pesquisa inicial foi selecionada por integrar uma Fundação que desenvolve em turno oposto oficinas ligadas à arte, as quais pretendem: “direcionar jovens e adolescentes para um caminho seguro, longe da



violência, da criminalidade e do uso de drogas”⁸. A unidade escolar selecionada está situada no bairro Eduardo Fonseca e atende na modalidade de ensino regular o quarto, quinto, sexto e sétimo anos. Os educandos são agrupados por idade, desde que tenham a escolaridade anterior. O bairro Eduardo Fonseca integra a periferia⁹ de Itabuna e pouco oferece a esses adolescentes em opções de lazer. Sendo assim, o espaço escolar ganha importância na vida social desta comunidade. Trata-se, pois, do lugar onde amizades e vínculos afetivos são estabelecidos e onde os grupos sociais se agregam, instaurando um processo de mediação social entre os adolescentes e a sociedade, aspecto fundamental à construção das representações sociais, conforme destaca Jovchelovitch (2013, p. 80-81, grifos da autora):

A análise das representações sociais deve concentrar-se naqueles processos de comunicação e vida que não são somente as engendram, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar. Esses processos, acredito, são processos de *mediação social*. Comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de um mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo.

Com a premissa de que são as mediações sociais em suas mais variadas formas que geram as representações sociais foi feita a pesquisa de campo, tendo sido selecionada para aplicação do questionário-piloto¹⁰ uma turma do 6º (sexto) com 22 (vinte e dois) adolescentes que residem em bairros no entorno da escola, sendo 8 (oito) do sexo masculino e 14 (catorze) do sexo feminino, todos com 12

⁸Declaração dada pelo então presidente da Fundação, consta no site oficial da Prefeitura de Itabuna, disponível em: <<http://prefeituradeitabuna.com.br/2015/noticias/itabuna/983-fundacao-marimbeta-divulga-aprovados-para-projeto-viva-a-arte.html>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

⁹São considerados periféricos pela distância do centro da cidade, pela ausência de pavimentação e saneamento básico, bem como a falta de espaços de urbanização como praças.

¹⁰O questionário piloto que foi aplicado faz parte da pesquisa de mestrado do curso em Memória: Linguagem e Sociedade em representações sociais dos adolescentes da rede municipal de ensino da cidade de Itabuna sobre a violência e o uso de drogas.



(doze) anos de idade. Em relação ao quesito cor/raça, 11 (onze) se autodeclararam morenos, quatro se autodeclararam brancos, três se autodeclararam pardos, um afirmou ser negro, um se disse vermelho e um não respondeu.

Como opção metodológica foram aplicados questionários individuais com questões objetivas e questões subjetivas, o que permitiu a associação de ideias a partir das respostas, conforme ressalta Spink (2003, p. 138):

Os estudos que buscam entender as representações na perspectiva dos grupos, buscando aí tanto a diversidade quanto o que há de comum e compartilhado, têm utilizado formas de coleta de dados mais estruturadas, especialmente os questionários (auto-aplicados ou utilizados como roteiro de entrevista) com perguntas abertas. A estrutura da representação social é, neste caso, fruto da somatória da análise de associação de ideias de várias perguntas.

Diante da relação de causalidade que é construída nos discursos oficiais e no senso comum entre os altos índices de violência e uso e tráfico de drogas na cidade de Itabuna, conhecer as representações sociais destes adolescentes torna-se condição *sinequa non* para proposição de políticas públicas eficientes de prevenção às drogas. Conhecer o que pensam esses sujeitos em formação tem por objetivo a problematização da posição social do adolescente de periferia – são os ditos “marginais” e usuários de drogas que produzem violência. São sujeitos que levam as pessoas a atravessar a rua com medo do assalto. São os descartáveis que oprimem as famílias. Trata-se, pois, de estereótipos que fazem parte do imaginário social.

Este perfil naturalizado dos adolescentes como aqueles que fizeram uma escolha pelo tráfico ou uso de drogas, cuja morte é justificável, inscreve-se no longo domínio da memória coletiva, perspectiva temporal discutida:

Considerando, ainda, que estes conteúdos que circulam na sociedade podem ter sua origem tanto em produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social, quanto em



produções locais e atuais, deduzimos que o contexto pode ser definido não apenas pelo espaço social em que a ação se desenrola como também de uma perspectiva temporal. Três tempos marcam esta perspectiva temporal: o tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações; o tempo vivido que abarca o processo de socialização – o território do *habitus* (Bourdieu, 1983), das disposições adquiridas em função da pertença a determinados grupos sociais; e o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social. (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 122).

Nas respostas à primeira questão abordada – “O que são drogas?” – apenas 3 (três) alunos citaram exclusivamente as substâncias psicoativas e as respostas variadas não distinguem as drogas lícitas de ilícitas: “remédios, bebidas alcoólicas e cigarro”, “uma erva medicinal que usam como droga e passam a bagunçar com os outros”, “maconha e pó”. Dos entrevistados, 50% (cinquenta por cento), ou seja, 11 (onze) alunos, explicitaram em suas respostas o temor popular, atribuindo ao uso de drogas a produção da violência: “é quando as pessoas fumam e fica doido, fica louco e querendo matar” e “uma coisa que pode acabar com as pessoas e estão acabando”. Nas respostas nota-se uma condenação ao usuário, além de um reconhecimento do poder viciante destas substâncias: “um vício que você não quer parar”, “é um vício que nunca se acaba” ou “o vício muito provável que é difícil de se livrar”.

Desse modo, estes adolescentes em suas respostas apresentam um perfil do usuário de drogas que associa o uso ao perigo e à morte: “uma coisa que os traficantes usam para ficar lombrado (doido)”, “é uma coisa que os noia fuma que é uma iguaria” ou ainda “que os ladrões usam para viver nesse mundo”. As denominações “traficante”, “noia” e “ladrão” colocam os sujeitos que consomem drogas ilícitas em uma situação de *status* inferior. De maneira geral, a sociedade espera que os jovens que residem nesses bairros usem drogas ou admire quem usa, no entanto, em nenhuma das respostas existe uma identificação com o tráfico ou a admiração que as palavras patrão/comando sugerem e que estão presentes



em músicas, filmes e na mídia sobre o tema, eles também reprovam essa prática. O lugar de quem usa drogas é o lugar do moralmente reprovável, como afirma Salles (2013, p.52).

A principal atração política da retórica da guerra contra as drogas, e as políticas que seguem, é que ela permite que o governo pareça forte e ativo em um problema que o público se preocupa. A imagem na mente do público, construída ao longo das décadas de cobertura de notícias e programas policiais, é de traficantes de drogas como criminosos impiedosos, e todos os usuários de drogas como viciados, portanto, moralmente fracos e reprováveis.

Quando perguntados “Você tem amigos que usam drogas?”, 11 (onze) adolescentes afirmaram que possuem amigos que usam algum tipo de substância ilegal, citando maconha, cocaína, cigarro de Bali e *crack* e a mesma quantidade afirmou não possuir amigos que usam drogas. Essas respostas permitem refletir sobre aqueles que negaram, se de fato não possuem amigos que façam uso destas substâncias ou se pelo sentimento de grupo houve o receio em expor de alguma forma o amigo, vínculo que se traduz nesta resposta: “droga é uma coisa assim pra mim não sei explicar, minhas amigas fuma baile e eu vejo e acoberto mas não fumo” acobertar é, então, proteger.

Na questão anterior, os adolescentes apontaram um perfil do usuário de drogas como algo negativo e reprovável. No entanto, essa imagem inferior não é relacionada nesta questão quando se referem aos amigos que usam drogas ilícitas, então eles não veem quem é próximo como o “noia” ou como traficante, os sujeitos que usam as substâncias citadas são reconhecidos pela relação afetiva estabelecida e não por seus atos.

Essas respostas chamaram a atenção, visto que o sentimento de pertença a um determinado grupo social é de suma importância para qualquer adolescente. Esse aspecto, que diz respeito às relações afetivas, é relevante para a Teoria das Representações Sociais (TRS) que concebe o social como totalidade, conforme destaca Jovchelovitch (2003):



Teoria das Representações Sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social. Isso significa deixar claro como as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros. (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 65).

Por opção metodológica se perguntou: “Para seus amigos, o que é droga?” porque se esperava confrontar com as respostas dadas à pergunta inicial “O que são drogas?”, visto que alguns adolescentes poderiam ficar inibidos em dizer o que pensam de forma direta. Porém, percebeu-se que não houve uma variação significativa nas respostas: 12 (doze) declararam que os amigos associam a droga a uma coisa ruim; 04 (quatro) a ligam ao vício; 02 (dois) disseram que é algo bom; 02 (dois) informaram maconha; 01 (um) disse não saber e 01(um) não quis responder. De qualquer modo, tais falas evidenciam que as drogas fazem parte do diálogo entre os adolescentes.

À pergunta “Você já experimentou algum tipo de droga? Quais?”, os 22 (vinte e dois) adolescentes responderam nunca ter experimentado nenhuma droga, o que leva a concluir que ainda que estes sujeitos tenham demonstrado a ausência de uma sistematização conceitual sobre as substâncias psicoativas nas perguntas anteriores, é explícita a carga negativa imbuída no termo droga. Dentre as respostas 2 (duas) se destacam por demonstrar o pertencimento religioso dos adolescentes, uma atribui a resistência ao uso de drogas a um ente divino: “graças a Deus nunca” e a outra é um clamor que revela a presença das drogas na família: “Não, Deus me livre desse mundo das drogas, eu rezo e peço a Deus pra livrar meu pai”.

Quando perguntados: “Você já experimentou algum tipo de bebida alcoólica? Qual?”, 10 (dez) adolescentes disseram nunca ter experimentado e 12



(doze) responderam afirmativamente. Dentre estes, a bebida mais citada foi a cerveja, seguida bem próxima do vinho e depois o champanhe, apenas um deles citou o conhaque. As respostas de dois adolescentes destacaram-se: “não, mas pretendo usar” e “não, nem cerveja minha mãe não deixa e fala que é melhor eu não beber”. É importante destacar que na resposta anterior nenhum deles havia declarado usar qualquer tipo de droga, então entende-se que eles não compreendem a bebida alcoólica como uma droga, uma vez que o álcool está presente em diversas comemorações culturais e familiares como Carnaval, Sexta-feira Santa, Natal, festas juninas e diversas outras situações cotidianas.

Para os 12 (doze) alunos que responderam afirmativamente foi perguntada a idade que experimentaram: 06 (seis) disseram que a primeira vez foi aos 8 anos de idade; 02 (dois) aos 11 anos; 02 (dois) aos 10 anos e 02 (dois) não responderam. Todos que tiveram sua primeira experiência com bebida alcoólica, o fizeram quando ainda eram considerados crianças, sendo que nesta faixa etária deveriam estar ainda mais protegidos pela legislação, pelas famílias e também pelas instituições públicas. A esse respeito, Lapate (2001, p. 131) alerta: “quanto mais tempo o adolescente conseguir adiar a iniciação e experimentação do álcool, melhor será a sua capacidade de não usá-lo abusiva e nocivamente”.

Em relação ao “Uso do cigarro”, 20 (vinte) adolescentes disseram nunca ter fumado e 02 (dois) adolescentes responderam de forma positiva, sendo que um deles experimentou aos 09 (nove) anos de idade e nenhum continua fazendo uso do cigarro. Nessas respostas, o cigarro de Bali, citado em respostas anteriores, não foi citado. Avalia-se que esta pequena incidência pode ser fruto das campanhas de prevenção aliadas à ausência de propagandas de estímulo em televisão, jornais e revistas, como afirma Salles (2013, p. 106): “uma combinação de proibição de fumar em locais públicos e campanhas de educação conseguiu reduzir o consumo de tabaco em mais de 50% (cinquenta por cento) ou mais em alguns países”. Tendo em vista o grande alcance do álcool e do tabaco entre os adolescentes entrevistados é necessário repensar o tratamento dispensado a estas substâncias.



Os problemas decorrentes do consumo de drogas vêm aumentando segundo relatórios mais recentes. Os usos de álcool e de tabaco devem ser considerados prioridades e demandar mais recursos para implementar medidas de saúde pública do que as drogas ilícitas. Políticas devem contemplar a prevenção e a repressão, como por exemplo, o controle do acesso do adolescente à compra de drogas lícitas. (SILVA, 2011, p. 33).

A grande preocupação da sociedade continua sendo apenas o acesso às drogas ilícitas. Quando perguntados se “Já haviam experimentado maconha, *crack*, cocaína, solvente ou cola de sapateiro”, 20 (vinte) adolescentes responderam não e 02 (dois) adolescentes responderam sim, sendo que um deles disse ter experimentado aos 09 (nove) anos. Apresentou-se a mesma lista e perguntou-se se “Você já viu alguém usando alguma destas substâncias?”, as respostas deixam claro como as drogas ilícitas estão muito próximas destes adolescentes, apenas 04 (quatro) adolescentes afirmaram nunca ter visto alguém utilizando alguma destas drogas; 10 (dez) já viram o uso da maconha, 05 (cinco) viram o uso de maconha, *crack* e cocaína; 02 (dois) listam todas as drogas e 01 (um) não respondeu. A declaração de terem visto o uso do solvente e da cola de sapateiro – produtos de uso doméstico – indica a necessidade de ações preventivas, inclusive com o risco de acidentes domésticos.

O número de adolescentes que viram o uso da maconha naquela comunidade demonstra que é um risco o contato direto dos adolescentes com os sujeitos que usam drogas psicoativas, visto que “a fase de maior instabilidade neurobiológica e psicossocial é a adolescência” e, por consequência, os adolescentes apresentam maior vulnerabilidade. “Cada cérebro, ainda imaturo, recebe os mais diversos estímulos e reage individual e peculiarmente a cada um deles” (SILVA, 2011, p. 27). Assim, é necessário um esforço para que estes adolescentes sejam tratados como tais, na observância de suas condições biológicas e sociais.



Atualmente, com a política que prioriza a proibição e repressão, o usuário, o dependente químico ou as pessoas que residem em áreas próximas às bocas de fumo são rotulados também pelo discurso oficial. Um exemplo significativo é a recente declaração de Rui Costa, governador da Bahia, que ao ser perguntado como pretende diminuir efetivamente a violência, afirmou: “Se olharmos os índices de homicídio, há uma guerra civil. Mas quando identificamos o perfil desses homicídios, vê-se que 80% são homicídios vinculados direta ou indiretamente ao tráfico de drogas” (A TARDE, 2015, p. 1)¹¹. Desse modo, há uma legitimação do alto índice de homicídios como consequência do comércio ilegal de drogas. Quando o governador do estado não cita a necessidade de ações preventivas, aceita-se a morte de pessoas que (supostamente) envolveram-se com drogas.

Em outra ocasião, em declaração aos oficiais da Polícia Militar, no dia 06 de fevereiro, após uma ação policial na qual 12 (doze) homens foram mortos na cidade de Salvador, Rui Costa declara querer construir no estado da Bahia “uma PM que respeite o cidadão, que respeite as famílias de bem”. Claramente, a maior autoridade do Estado baiano distingue quem é cidadão – apenas tem direitos sociais as famílias de bem, os demais são destituídos de direitos e são passíveis de ser mortos. O governador prossegue e diz “o que diferencia os homens de bem daqueles que escolheram o mundo do crime para enriquecer ou para fazer maldade, perversidade com outro ser humano, é o cumprimento da lei” (CORREIO, 2015, p. 1), ou seja, os sujeitos mortos optaram por cometer crimes, e aqui se faz necessário destacar que não se visa julgar se eram de fato criminosos ou não. O governador continua “a PM terá um governador disposto a não medir esforços, a defender desde o praça ao oficial, a todos que agirem com energia necessária, mas dentro da lei”¹².

¹¹Entrevista concedida ao jornal A TARDE no dia 02 de janeiro de 2015.

¹²Vídeo disponível em <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/e-como-um-artilheiro-em-frente-ao-gol-diz-rui-costa-sobre-acao-da-pm-com-treze-mortos-no-cabula/?cHash=29aec7dc0780c803119bd08a679425a9> Acesso em 10 fev. 2015.



Essas duas falas foram destacadas por constituírem a representação social do Estado sobre os jovens que foram mortos em confronto com a polícia, os ditos não cidadãos. A esse respeito, reafirma-se aqui a noção de tempo longo tratada por Jovchelovitch (2003, p. 122): “quanto mais englobarmos em nossa análise o tempo longo – e, portanto, os conteúdos do imaginário social – mais nos aproximaremos das permanências que formam os núcleos mais estáveis das representações”. Essas declarações contribuem para permanência dos preconceitos nas instituições policiais, na sociedade e que fazem parte da formação da identidade destes adolescentes.

CONCLUSÕES

As representações sociais têm como lócus o senso comum ou o conhecimento produzido na coletividade. O presente trabalho não possui a pretensão de apresentar verdades absolutas ou únicas, nem mesmo uma receita a ser seguida. Busca, ao contrário, estabelecer o diálogo entre o conhecimento científico e as representações sociais dos adolescentes sobre drogas, o saber de um grupo geracional de suma importância para sociedade. Nesse sentido, é urgente ampliar-se o debate sobre as formas de prevenção que estão sendo desenvolvidas para este público e, nos casos em que não existem prevenção, que sejam planejadas políticas públicas com este fim.

É compreensível que a adolescência é uma fase não apenas biológica, mas uma etapa social, de formação do indivíduo. Considera-se que nesta fase, os adolescentes também estejam mais expostos ao consumo de drogas e, neste caso, consideramos que esses adolescentes da cidade de Itabuna são vítimas das drogas lícitas e ilícitas.

Nessa perspectiva, as políticas públicas sobre drogas precisam ser repensadas, pois como foi visto, os adolescentes do universo pesquisado não reconhecem o cigarro, o álcool e remédios como sendo drogas e que trazem



prejuízos a toda sociedade e causam dependência, a exemplo do enorme número de acidentes de trânsito relacionados ao consumo de álcool ou, ainda, a popularidade dos anabolizantes nos espaços que deveriam promover hábitos saudáveis como as academias. As drogas ilícitas, mesmo que sejam alvo direto da repressão e da criminalização, continuam muito próximas e acessíveis a estes sujeitos que precisam da proteção do estado, das famílias e da sociedade para que tenham seu desenvolvimento pleno garantido.

Assim, é essencial um modelo de prevenção que leve em consideração as especificidades destes adolescentes como sujeitos de direitos, no sentido de que eles podem ultrapassar o horizonte do que o senso comum prevê para suas vidas. Desse modo, entende-se que o presente artigo vem contribuir para deslocar as habituais verdades discursivas que circulam sobre estes sujeitos, nem sempre sinônimos de infratores, “marginais” e outras denominações que circulam nas representações da sociedade para caracterizar o adolescente pobre, negro e que vive nas periferias das cidades.

REFERÊNCIAS

A TARDE. **"Quero tirar 4 mil PMs de serviço burocrático", diz Rui**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1650246-quero-tirar-4-mil-pms-de-servico-burocratico-diz-rui>>. Acesso em: 10 fev 2015.

CORREIO. **'É como um artilheiro em frente ao gol', diz Rui Costa sobre ação da PM com doze mortos no Cabula**. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/e-como-um-artilheiro-em-frente-ao-gol-diz-rui-costa-sobre-acao-da-pm-com-treze-mortos-no-cabula/?cHash=29aec7dc0780c803119bd08a679425a9>>. Acesso em: 10 fev 2015.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida dos outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides. JOVCHELOVITC, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 8.Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

LAPATE, Wagner. **Hora Zero**: a independência das drogas: antes que os problemas cheguem. São Paulo: Scortecci, 2001.

SALLES, Marcos HuetNiooc de. **Política de drogas no Brasil**: temos o melhor modelo? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Estatística. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/>. Acesso em: 08 fev.2015.

SILVA, Gilberto Lucio (Org.). **Drogas**: políticas e práticas. São Paulo: Roca, 2010.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. GUARESCHI, Pedrinho Arcides. JOVCHELOVITC, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TELES, Júnior. **Fundação Marimbeta divulga aprovados para projeto Viva a Arte**. Disponível em: <http://prefeituradeitabuna.com.br/2015/noticias/itabuna/983-fundacao-marimbeta-divulga-aprovados-para-projeto-viva-a-arte.html>. Acesso em: 03 mar. 2015.